



Edital de 1º e 2º Leilão Eletrônico do Imóvel e para intimação do Executado: José Ricardo Barbosa CPF.: 077.661.128-33 e José Barbosa CPF: 160.500.458-87, bem como dos coproprietários Jurema da Silva CPF: 595.425.358-72, Carlos da Silva CPF: 268.958.548-00, casado com Maria Teresa Souza da Silva RG: 11.599.442 e Espólio de Jandira da Silva Barbosa RG: 16.840.662-7 e seus herdeiros Maria Edite Barbosa CPF 044.567.398-28, José Roberto Barbosa CPF 044.500.648-01, Maria Elisa Barbosa do Nascimento CPF: 100.227.938-01, José Ricardo Barbosa e Maria Estela Barbosa Bruno CPF: 263.444.808-23, acerca das praças eletrônicas designadas, expedida nos autos da Ação de Execução Contra Devedor Solvente, proposta pelo Exequente: Banco Sistema S/A, CNPJ: 76.543.115/0001-94. Processo n° 0026452-16.2000.8.26.0562.

O Dr. José Alonso Beltrame Júnior, MM Juiz de Direito da 10^a Vara Cível da Comarca de Santos/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC, **faz saber** que o Leiloeiro Oficial Mauro da Cruz (JUCESP n° 912), por meio do *website:* www.alienajud.com.br. levará a praça a venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que o primeiro 1^a (primeiro) Leilão terá início dia 06 (seis) de maio de 2024 às 14:30hs e término dia 09 (nove) de maio de 2024 às 14:30hs, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção o 2^a (segundo) Leilão que se encerrará dia 29 (vinte e nove) de maio de 2024 às 14:30hs, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das datas designadas, na hipótese de não serem localizadas para intimação pessoal.

IMÓVEL: 1/3 DO APARTAMENTO Nº 31, LOCALIZADO NO 3º ANDAR OU 4º PAVIMENTO, DO "CONDOMÍNIO LA FLEUR RESIDENCE", SITUADO À RUA NABUCO DE ARAÚJO, Nº 568, localizado na prumada da frente, do lado direito de quem da rua olha o edifício, contendo sala living, dois dormitórios, banheiro social, cozinha, área de serviço e W.C. de empregada, confrontando pela frente com o hall de circulação do pavimento, por onde tem sua entrada, com o poço dos elevadores e com as escadarias do prédio, de um lado com a área de recuo lateral direita do prédio, de outro lado com o apartamento de final 2 e com o poço dos elevadores, e nos fundos com a área de recuo frontal do prédio, tendo a área útil de 73,6200m², área comum de 37,3500m², totalizando 110,9700m² de área construída, correspondendo-lhe uma fração ideal equivalente a 2,9470% no terreno do condomínio e nas demais coisas de uso e propriedade comum. Cabe ao apartamento o direito a uma vaga na garagem ou estacionamento coletivo de automóveis, localizada no subsolo e no térreo. Imóvel objeto da matrícula nº 69.695, junto ao 2º Cartório de Registro de Imóveis de Santos. Cadastrado pela Prefeitura Municipal de Santos sob nº 68.024.010.009.

<u>AVALIAÇÃO</u>: A avaliação de 1/3 do bem atualizada para março/2024 é de R\$ 144.139,75 (cento e quarenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos).

ÔNUS DO IMÓVEL: Não constam ônus na matrícula do imóvel.

DAS CONDIÇÕES: As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRÔNICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O imóvel será vendido em caráter *"ad corpus"*, ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento do preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com





isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quando a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante.

DO PAGAMENTO DO LANCE: O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a **50%** (**cinquenta por cento**) do valor de avaliação atualizado ou **80%** (**oitenta por cento**) do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz.

DA COMISSÃO DEVIDA AO LEILOEIRO: A comissão do Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O pagamento da comissão devida ao Leiloeiro deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do Leiloeiro, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do Leiloeiro, os lanços imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo.

<u>DÉBITOS DESTA AÇÃO</u>: Os débitos totalizam o valor de R\$ 1.099.320,48 (um milhão e noventa e nove mil e trezentos e vinte reais e quarenta e oito centavos), atualizados até fevereiro/2023.

<u>**DÉBITOS DO IMÓVEL:**</u> Constam débitos relativos à IPTU, cujo número de lançamento na Prefeitura Municipal de Santos é 68.024.010.009, no valor de R\$ 6.228,41 (seis mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos), atualizados até março/2024.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Mauro da Cruz, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 912.

Nos termos dos § único do artigo 130 do Código Tributário Nacional, os débitos tributários de caráter *propter rem* a incidirem sobre o imóvel ficarão sub-rogados sobre o preço da arrematação.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

> Dr. José Alonso Beltrame Júnior Juiz de Direito